



Ano 14

Relatório Anual 2015

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização Social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Presidente

Mariano Francisco Laplane

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Gerson Gomes

José Messias de Souza, a partir de 19/08/2015.

Gestor Administrativo

Edmundo Taveira Pereira

Composição do Conselho de Administração em 2015

Membros Natos

ABC

Eduardo Moacyr Krieger (Presidente do Conselho)

CNA

Alysson Paolinelli

MEC

Carlos Afonso Nobre

Jorge Almeida Guimarães (Até 19/08/2015)

Sebrae

Célio Cabral de Souza Júnior

Ênio Duarte Pinto (Até 19/08/2015)

SBPC

Helena Bonciani Nader

BNDES

Helena Tenório Veiga de Almeida

CNPq

Hernan Chaimovich Guralnik

Glaucius Oliva (Até 19/05/2015)

Finep

Luis Manoel Rebelo Fernandes

Glauco Antonio Arbix (Até 19/05/2015)

MDIC

Marcos Vinícius de Souza

Nelson Fujimoto (Até 19/05/2015)

CNI

Rafael Lucchesi

MCTI

Rogério César de Cerqueira Leite

Álvaro Toubes Prata (Até 19/08/2015)

Emília Maria Silva Ribeiro Curi (Até 08/12/2015)

Membros Eleitos

Representante dos Associados

Evando Mirra de Paula e Silva

Consecti

Francilene Procópio Garcia

Foprop

Isac Almeida de Medeiros

Anprotec

Jorge Luis Nicolas Audy

Abipti

Julio Cezar Rodrigues Martorano

Claudio Aparecido Violato (Até 06/10/2015)

Confap

Mario Neto Borges

Dieese

Nelson de Chuery Karam (Representante dos trabalhadores)

Anpei

Guilherme Marco de Lima (Até 19/08/2015)

Representante do Empresariado Nacional

Pedro Wongtschowski

Anpei

Ronald Martin Dauscha

Apresentação

Este Relatório apresenta os principais avanços feitos pelo CGEE no ano de 2015, tanto no que se refere às ações fomentadas no âmbito do Contrato de Gestão firmado com o MCTI (Subações e Projetos de Atividades) como aos trabalhos realizados por meio de contratos administrativos firmados pelo Centro com instituições de CT&I do Brasil e do exterior.

Tratou-se de um ano bastante difícil para a Organização Social, fruto, em grande medida, da crise política e fiscal enfrentada pelo País. Nesse sentido, foi feito um grande esforço para o pleno cumprimento das metas inscritas no 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o que foi efetivamente conseguido, mas não sem ajustes importantes no quadro de empregados do CGEE, nas suas despesas de manutenção e na prorrogação do prazo de término para 2016 de algumas Subações contratadas ainda no 8º Termo Aditivo, aspectos que são tratados em detalhe no conjunto de informações contido neste Relatório.

Cabe destacar, com admiração e respeito, o espírito aguerrido e o alto grau de comprometimento das equipes técnicas e administrativas do CGEE, na lida cotidiana com situações de dificuldades operacionais e finalísticas. Esses foram os aspectos mais importantes para a obtenção de avanços marcantes no desenvolvimento de mecanismos eficientes de gestão interna e de serviços de inteligência de alto nível nas áreas de prospecção, avaliação estratégica e da gestão da informação e do conhecimento, hoje prontos para serem usados por instituições do SNCTI, sejam da academia, do governo ou do setor privado.

Adicionalmente, foi feito um trabalho incansável de promoção de novos métodos e ferramentas junto a instituições chave do SNCTI, com excelente receptividade por parte dos nossos interlocutores, abrindo espaço para uma maior inserção do Centro neste Sistema, seja para o apoio ao MCTI em seus programas e projetos ou pela eventual celebração de novos Contratos Administrativos ainda em 2016.

Para que fossem obtidos os resultados alcançados pelo CGEE em 2015, principalmente no âmbito do Contrato de Gestão, o CGEE contou com o apoio decisivo do Conselho de Administração, a quem agradecemos na pessoa do seu Presidente, Eduardo Moacyr Krieger e de todos os seus membros. Temos a certeza

de que o conteúdo desse relatório corresponderá à confiança do Conselho de Administração depositada na direção do Centro e nos seus colaboradores.

Atenciosamente,

Mariano Francisco Laplane

Presidente do CGEE

A Organização Social em 2015

O modelo de Organização Social (OS), criado pela edição da Lei 9637/98, foi concebido para estabelecer uma relação de fomento e parceria de instituições privadas, sem fins lucrativos, com a União, em áreas que não lhe são exclusivas. Dentre elas tem destaque, no âmbito Federal, a de ciência, tecnologia e inovação. Como acontece com instituições associadas a quaisquer modelos, aquelas qualificadas como Organizações Sociais estão submetidas a conjunturas e contextos, positivos e negativos, que, tratados com profissionalismo, permitem às governanças das OS manterem-se focadas na sua missão e na obtenção dos resultados pactuados em Contrato de Gestão, com controle social exercido pela representatividade dos membros dos seus Conselhos de Administração.

O ano de 2015 foi particularmente difícil para a gestão da parceria do CGEE com a União, em função dos impactos negativos sobre o fomento à OS por conta da crise econômica e fiscal e, não menos importante, pelas frequentes alterações que se deram no âmbito da Direção Superior do MCTI – Órgão Supervisor do Contrato de Gestão – e de suas agências e Secretarias. A assinatura tardia do 9º Termo Aditivo, contemplando somente 25% do valor previsto na Lei Orçamentária Anual, é, sem margem de dúvidas, um reflexo dessa situação conjuntural negativa, que se evidencia, também, pela não inscrição no Plano de Ação 2015 de nenhuma Subação nova.

A direção do CGEE, diante deste contexto, viu-se obrigada a reagir de forma a ajustar-se, em pouquíssimo tempo, à realidade que se impunha. Foram tomadas, entre outras providências, a descontinuidade ou redução de serviços de manutenção prestados ao CGEE, uma redução significativa no quadro de pessoal, buscando preservar as equipes essenciais atuando nas atividades nucleares do Centro, e a alteração dos prazos de término de algumas Subações, previstas para acabarem em 31 de dezembro de 2015, para que fossem concluídas até 30 de junho de 2016.

Ainda assim, o CGEE, sempre focado em uma gestão por resultados e naquilo que se refere ao Contrato de Gestão, concluiu 8 (oito) Subações ao final de 2015, sendo que outras 4 (quatro) encontravam-se em andamento com término previsto para 30 de junho de 2016. Outras 3 (três) tiveram suas execuções canceladas (1) ou descontinuadas (2), por solicitação do Órgão Superior (MCTI), todas inscritas na Linha de Ação 1 (Estudos, Análises e Avaliações).

A direção do Centro, juntamente com suas lideranças técnicas, deu continuidade ao esforço de diversificação de fontes de receita, o que resultou na assinatura, em agosto, do contrato de prestação de serviços para 11 (onze) empresas do setor de energia elétrica, articuladas pela ANEEL, e deu continuidade a outros com instituições do Brasil e do exterior. Na mesma linha, a diretoria do Centro realizou um amplo roteiro de visitas para a promoção das novas ferramentas e métodos associados a serviços de inteligência criados pelo Centro nos últimos três anos, capazes de aumentar a capacidade analítica estratégica no âmbito das Instituições do SNCTI em suas áreas de atuação. Esse roteiro incluiu diálogos e demonstrações práticas junto ao BNDES, MEC, Cade, CNPq, Finep, Fapesp, Capes, Inmetro, INPI e CNI e se mostrou promissor no que se refere à celebração de contratos administrativos ou inserções na programação 2016 do Contrato de Gestão.

Destaques da execução do Plano de Ação 2015 do Contrato de Gestão

I) Nas Subações concluídas em 2015:

- **Nova Abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**

Poucos países têm um setor agrícola tão diversificado e disperso em tantos biomas complexos como aqueles do Brasil. Esse é o setor da economia do País com maior capacidade de geração de empregos e o maior irradiador de estímulos para outras atividades, movimentando recursos da ordem de US\$ 200 bilhões por ano com efeitos positivos refletidos na indústria, no comércio e na área de prestação de serviços especializados. No entanto, o atual modelo de governança da pesquisa agropecuária em geral e a necessária interação entre as instituições voltadas para o setor, precisam ser repensados, à luz dos atuais e futuros desafios e do ambiente de inovação nacional e internacional. Com o objetivo geral de analisar e propor arranjos alternativos e inovadores para a organização e o financiamento de um sistema de CT&I para a agropecuária nacional, este estudo: 1) Mapeou os principais atores públicos e privados envolvidos em atividades de CT&I agropecuária e afins, identificando suas principais funções, assim como as competências no entorno dos grandes desafios para a pesquisa agropecuária; 2) Analisou, em países selecionados, alternativas institucionais e modelos de governança para a CT&I agropecuária; 3) Analisou possibilidades de ampliação das formas e fontes de financiamento para CT&I agropecuária nacional; e 4) Desenvolveu, discutiu e propôs um novo arranjo para a CT&I agropecuária nacional. Dentre os destaques da

proposta, chama-se a atenção para a criação de um observatório de tendências e tecnologias, provavelmente combinando a expertise existente na Embrapa (Agropensa) e no CGEE, com infraestrutura de hardware e software com alta capacidade de extração, processamento e análise de grandes volumes de informação contidas em artigos científicos, patentes e documentos oriundos de fontes noticiosas. Tratativas nesse sentido encontram-se em andamento entre a direção do CGEE e da Embrapa.

- **Estratégia de Ação para o tema Cidades Sustentáveis**

O objetivo geral do estudo foi identificar soluções de CT&I para os desafios, atuais e futuros, relacionados com o tema cidades sustentáveis, bem como apontar possíveis passos para o desenho de políticas de CT&I e a ampliação do Programa de Tecnologias para Cidades Sustentáveis - PTCS do MCTI, que levem em consideração o território nacional e seu contexto. O estudo foi realizado em cinco etapas, a saber: 1) escopo; 2) diagnóstico: conceito, desafios e soluções associadas para o fomento de cidades sustentáveis, e o mapeamento dos principais "stakeholders"; 3) exploração de alternativas de futuro; 4) priorização; e 5) recomendações.

Dentre as principais recomendações desenvolvidas, com o apoio de um conjunto expressivo de especialistas mobilizados pelo CGEE e chanceladas em seminário internacional, realizado em cooperação com a Comissão Europeia, destacam-se: a) Organização, consolidação e validação de um conjunto de ações prioritárias a serem potencialmente fomentadas pelo MCTI e outras instituições da CT&I nacional e internacional; b) Proposta de inclusão de um quinto tema estratégico aos quatro já abordados pelo PTCS, a saber: conservação e recuperação de ecossistemas e da biodiversidade, incluindo a gestão adequada dos recursos hídricos; e c) Proposta de uso de um modelo misto de atuação para o PTCS, que incorpore à atual forma de trabalhar - majoritariamente com projetos por demanda induzida, onde todos os aspectos de um projeto são previamente definidos pelo MCTI - a outra que também inclua demandas parcialmente induzidas e espontâneas.

A execução dessa Subação prevê desdobramentos importantes, como o desenvolvimento, no início de 2016, de um projeto de escopo amplo, sob a liderança nacional do MCTI, com o apoio financeiro do Global Environmental Facility (GEF)

que destaca a participação do CGEE na montagem de um “observatório” de tendências e tecnologias associadas ao tema Cidades Sustentáveis.

- **Centro de Altos Estudos – Brasil Século XXI**

Ao longo de 2015, o CGEE deu sequência aos trabalhos de apoio técnico e administrativo à criação e implantação do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, em estreita parceria com o MEC. Dentre as principais atividades realizadas são destacadas:

- a) Capacitação e formação de recursos humanos ligados à administração pública.**

Como uma das primeiras iniciativas tomadas, o Ministério da Educação convocou, em maio, uma reunião com diretores do CGEE e do Centro de Altos Estudos, secretários do MEC, o presidente da Capes e o Reitor da Universidade de Brasília (UnB), de forma a solicitar a estruturação de um curso de mestrado profissional. O curso, a ser, preferencialmente, ofertado em Brasília, deverá ter seu foco em temas ligados a políticas públicas e desenvolvimento. A proposta solicitada foi construída, ao longo de maio e junho, conjuntamente com professores da UnB, pela diretoria do CGEE e por conselheiros do Centro de Altos Estudos, com o apoio da equipe técnica do CGEE. Apesar dos esforços empreendidos e da qualidade da proposta construída, o curso não foi validado a tempo pelos colegiados internos da UnB, de forma que sua submissão aos trâmites legais da Capes não pôde ocorrer em 2015.

- b) Cooperação com a Enap**

Por meio de demanda da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o CGEE, no seu trabalho de consolidação do Centro de Altos Estudos foi convidado a estabelecer uma parceria formal para o desenho e a implementação de um curso de especialização ligado aos temas de planejamento e desenvolvimento. Para tanto, em setembro, foi assinado um Protocolo de Intenções entre as instituições e deu-se continuidade ao desenho do referido curso, cuja versão final, denominada "Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento" foi concluída em dezembro. O edital de seleção para candidatos deve ser lançado ainda no primeiro semestre de 2016.

- c) Debates sobre a programação futura do Centro de Altos Estudos**

No tocante ao processo contínuo de consolidação da institucionalidade do Centro de Altos Estudos, o CGEE apoiou a organização de quatro reuniões ordinárias do seu Conselho de Administração. Nessas reuniões foram discutidas propostas de agenda de trabalho para os próximos anos e alternativas de financiamento próprio para as atividades prioritárias do Centro de Altos Estudos, com vistas à sua futura atuação independente. A 4ª reunião do Conselho, ocorrida em outubro, no Rio de Janeiro, contou com a participação da Dra Maria da Conceição Tavares, que destacou aspectos importantes para o desenvolvimento do País, repercutidos em diversos veículos de comunicação.

d) Disseminação dos trabalhos conduzidos pelo Centro de Altos Estudos

O Centro de Altos Estudos, entendido como um espaço de referência para o debate de temas estratégicos ao desenvolvimento brasileiro, devotou esforços substantivos em dois campos principais de disseminação dos resultados das suas atividades: 1) realização de eventos técnicos de alto nível, dentre os quais destaca-se a realização conjunta com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Seminário Desenvolvimento Produtivo e Inovativo, realizado na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, em novembro. O Seminário teve repercussão em diversos meios de comunicação e cobertura especial do jornal Valor Econômico, que publicou um Caderno Especial com os principais argumentos apresentados e debatidos no evento; 2) implementação de uma estratégia de comunicação, cujo primeiro passo foi a transferência do site do Centro de Altos Estudos para um domínio próprio, instalado em servidor fora do CGEE e, o segundo, a contratação de uma jornalista para apoiar a adaptação dos estudos e pesquisas, produzidos no âmbito do Centro de Altos Estudos, em conteúdos mais curtos e de fácil leitura, de modo que pudessem ser publicados em meios diversos de comunicação. Nessa linha, foram publicadas entrevistas com membros do Centro, notas jornalísticas, notícias e artigos, em diversas mídias. Dois indicadores principais comprovam o acerto dessa iniciativa: o primeiro diz respeito ao número de acessos e compartilhamentos dos referidos conteúdos e, o segundo, ao crescimento exponencial dos "downloads" das publicações no site do Centro de Altos Estudos que, em dezembro, havia ultrapassado onze mil.

- II) Nos trabalhos desenvolvidos em 2015 e que continuarão em andamento em 2016, no âmbito de Projetos de Atividades inseridas no Plano de Ação do Contrato de Gestão, cabe destacar:

- **Entrada em operação do Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE**

A consolidação do Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) foi marcada, em 2015, pela implantação do processo de obtenção de grandes volumes de dados e informações sobre as tecnologias selecionadas no início do projeto pelas instituições parceiras do CGEE pertencentes ao setor espacial (INPE, IAE e IEAv), com o uso de ferramenta do CGEE desenvolvida no contrato firmado com a empresa Plugar. Foram definidas as fontes de informação a serem pesquisadas, de acordo com as tecnologias priorizadas pelo OTE, e realizadas as primeiras coletas de dados provenientes dessas fontes. Como resultado, foram obtidos cerca de 80.000 documentos sobre duas tecnologias de interesse do INPE (SWIR, com cerca de 50.000 e AOCS, com cerca de 30.000). Sobre essas tecnologias, foram obtidos os seguintes tipos de informações: planos focais com detectores na banda SWIR, telescópios do tipo Three Mirror Anastigmat, estruturas de câmaras ópticas em carbetto de silício, sensores, atuadores e software de controle. Essa coleta de informações envolveu também o complemento do mapeamento das patentes do setor espacial, chegando-se a cerca de 32.000 patentes recuperadas ao final de 2015. Além dessas patentes, de código B64G, foram mapeadas outras 1.221 sobre SWIR e 803 sobre InGaAs. Foi concluído, também, o desenvolvimento do ambiente informacional restrito que conterá as informações obtidas pelo OTE e que estarão à disposição das instituições parceiras do CGEE. Esse sistema já está operacional e à disposição dessas instituições, no endereço (<https://portallr.cgEE.org.br/group/observatorioespacial/home>).

Conforme previsto no Contrato de Gestão, em 2015, foram concluídos os quatro produtos previstos para o período, a saber: a) manual de implantação e gestão do OTE; b) ambiente informacional restrito para veiculação dos resultados obtidos pelo OTE para os parceiros institucionais do projeto (IAE e INPE); c) árvore preliminar de tecnologias do programa espacial brasileiro; e d) o primeiro boletim semestral do OTE. Esse boletim apresentou as ferramentas utilizadas pelo OTE e os primeiros resultados das observações das duas tecnologias de interesse do INPE, citadas

acima, além de mostrar algumas tendências mundiais do setor espacial, como o acelerado aumento do emprego de pequenos satélites (cubesats) para as mais diversas aplicações.

Como forma de disseminar as informações não sensíveis obtidas pelo OTE e apresentar as metodologias empregadas nesse observatório, foi realizado um evento aberto ao público em geral sobre aspectos relevantes para a inteligência tecnológica nesse setor. O evento ocorreu nas dependências do CGEE, no dia 8 de dezembro, e reuniu cerca de 70 participantes, externos e internos. Estiveram representadas as seguintes instituições: MCTI, INPE, AEB, MD, IAE, IEAv, INMET, Comando da Marinha, Comando do Exército, Funasa, Finep, MDIC, Embrapa, Sobein, Procuradoria Federal (MT), AIAB e Telebras.

- **Percurso formativo de Recursos Humanos para CT&I**

O ano de 2015 foi pródigo em avanços associados à execução de projetos que visam conhecer mais profundamente o percurso formativo de recursos humanos e sua conexão com o mercado de trabalho, conforme se demonstra nos textos a seguir:

- a) Doutores titulados no exterior**

No estudo sobre os doutores titulados no exterior, os esforços iniciais do projeto foram dirigidos à obtenção de dados que permitissem a análise desse grupo de interesse. Ao contrário dos titulados no Brasil, para os quais há uma base de dados unificada e fidedigna, gerida pela Capes (Coleta Capes e Plataforma Sucupira), não há nada similar para os titulados no exterior que permita identificá-los. As principais agências de fomento possuem, cada uma, os registros dos indivíduos que foram por elas financiados, mas esses não estão organizados como bases de dados de fácil acesso. No caso daqueles estudantes que não receberam auxílio do governo brasileiro para sua formação, a dificuldade é ainda maior para quantificar e caracterizar esse contingente. A opção metodológica foi utilizar a Plataforma Lattes, gerida pelo CNPq. Ainda que seja uma base auto informada, a plataforma apresenta alto grau de confiabilidade e garante uma boa representação e atualização dos dados do pessoal atuante na pesquisa. Os dados de formação cobriram os titulados de 1970 até 2014 e o emprego foi analisado para aqueles que estavam formalmente empregados, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, em 31/12/2014. Foi realizada a compatibilização das fontes de dados tendo sido

identificados um total de 14.173 doutores titulados no exterior nesse período de 45 anos. O número de doutores titulados no exterior anualmente sofreu oscilações significativas no período, mas aumentou continuamente nos últimos anos do período estudado. Foram analisados os ciclos históricos dessa longa evolução do sistema de bolsas no exterior, discutido os principais países de destino e exploradas as características da inserção desses profissionais no mercado de trabalho;

b) Mestres e Doutores

Esse projeto visa a produzir, de forma sistemática, estatísticas e análises sobre a formação e o emprego dos mestres e doutores no Brasil, bem como promover o uso e a difusão dos resultados gerados para subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas.

As principais fontes de dados que são cruzadas para que sejam obtidas informações sobre formação acadêmica e empregabilidade, são a Coleta Capes/Plataforma Sucupira da Capes, de onde se obtém as informações sobre programas e titulações de mestres e doutores no Brasil, a RAIS/MTE, que provê as informações sobre o emprego, e a plataforma Lattes/CNPq com informações amplas sobre pessoal e instituições relacionados à CT&I. Nesse período houve o empenho da equipe de processamento de dados e estatísticas no sentido de dar continuidade à preparação consistente da base de dados, com a recuperação de CPFs e tratamento de variáveis, como sexo e idade de indivíduos, que antes apresentavam inconsistências. A nova arquitetura da base de dados concebida permitirá adicionar novos dados, ano a ano, de forma facilitada, com otimização de tempo na realização desses procedimentos. Na etapa atual do trabalho foi possível acessar os dados de titulados até o ano de 2014, adicionando mais 6 ou 5 anos de informações (doutores e mestres, respectivamente), em relação às últimas publicações. Analogamente, foi possível gerar dados de emprego desse pessoal de 2009 a 2014, permitindo pela primeira vez, contar-se com uma série histórica sobre emprego e remuneração dos mestres e doutores. Os estudos anteriores informavam sobre o emprego daquele contingente em apenas um ano (2008 para doutores e 2009 para mestres). Os dados atualizados foram consolidados no relatório Mestres e Doutores 2015, que deverá ser objeto de publicação em livro no primeiro semestre de 2016.

Temas específicos como estudos sobre gênero, sobre as dinâmicas regionais de formação e emprego, mestres e doutores nas empresas e doutores titulados no

exterior serão alvos artigos que permitirão discussões mais aprofundadas no seminário nacional sobre RH para CT&I, previsto para realização em 2016.

Por fim, os esforços para divulgação dos resultados incluíram o aperfeiçoamento da página na web da atividade de RH para CT&I, que oferece agora um conjunto importante de dados sobre o emprego em 2012 de mestres (acadêmicos e profissionais) e doutores titulados entre 1996 e 2012. Elaborou-se um vídeo tutorial para a navegação que foi divulgado, dentre outros momentos, em apresentações no CNPq, na 6ª reunião de trabalho com os representantes de iniciação científica (cerca de 250 participantes, na maioria oriundos das pró-reitorias de pesquisa) e coordenadores do Pibic; na Capes, para os representantes do Conselho Técnico Científico - CTC (09/12/2015), e na Fapesp (17/12/2015), com a presença dos pró-reitores de pesquisa das universidades estaduais e federais do estado de São Paulo e dirigentes daquela fundação.

c) Inserção de Mestres e Doutores nas empresas

Os trabalhos que visam estudar a inserção de mestres e doutores nas empresas e caracterizar a evolução do trabalho formal desses profissionais, cobrindo o período de 1996 a 2014. Os dados necessários ao estudo foram acessados nas bases do Coleta Capes/Plataforma Sucupira (Capes/MEC), onde se obtém as informações sobre programas e titulações de mestres e doutores no Brasil, da RAIS (MTE), que provê as informações sobre o emprego, e da Plataforma Lattes/CNPq, que inclui informações amplas sobre o pessoal e as instituições de CT&I. Procedeu-se, como usual, à construção de uma base de dados robusta para estudar tanto as características dos empregados (remuneração, vínculos, ocupação) como do empregador (setor de atividade econômica, porte, localização). Os resultados gerados trazem um amplo conjunto de dados, análises e indicadores sobre a inserção de mestres e doutores em empresas no Brasil. Em especial, apresenta a dinâmica do emprego em anos sucessivos (2009 a 2014), nas atividades econômicas empresariais, e o emprego desse pessoal segundo a classificação das atividades econômicas por intensidade tecnologia. As ocupações foram analisadas em sua relação com aquelas funções eminentemente técnicas e científicas, indicando uma maior aderência aos esforços de P&D.

- **Desenvolvimento e adaptação de metodologias nas áreas nodais de atuação do CGEE**

a) Captura, processamento e monitoramento de grandes volumes de informação em CT&I.

No segundo semestre de 2015, entrou em plena operação a ferramenta do CGEE, desenvolvida por meio de contrato com a empresa Plugar Informações Estratégicas, que permite ao CGEE prestar serviços de inteligência para os públicos internos e externos. Essa ferramenta envolve os seguintes componentes: 1) apoio à análise de dados (setup); 2) serviço de execução e monitoramento ad hoc (setup + operação); 3) serviço de setup de monitoramento (operação); 4) serviço de configuração e execução de agentes de captura de informações; 5) serviço de alocação de infraestrutura para a execução de ferramentas; 6) serviço de acesso a banco de dados; e 7) serviço de acesso a banco de fontes noticiosas.

Durante o período de 31/08 a 03/09 foi realizado, nas instalações do CGEE, o treinamento da equipe técnica do CGEE na ferramenta que compreendeu dois módulos: funcionalidades básicas e avançadas. Participaram do treinamento cerca de 20 colaboradores do Centro. Após o treinamento, foram identificadas algumas necessidades de ajustes na ferramenta para melhorar o seu desempenho. Para que se tenha uma ideia do volume de informações tratadas com o auxílio da ferramenta criada, ao final do ano o repositório da ferramenta possuía a seguinte distribuição de documentos: 1) acervo do CGEE: 4.581; 2) conteúdo noticioso: 142.290; 3) artigos científicos: 34.096; e 4) patentes: 53.554.

A ferramenta já é cotidianamente utilizada pelo OTE e em outros projetos do Centro, aumentando significativamente a capacidade do CGEE de lidar com a captura, o monitoramento e a análise de grandes volumes de dados e informações.

O principal objetivo a ser alcançado em 2016 é a contratação do desenvolvimento de versões da ferramenta para instalação em servidor do Centro e em estações de trabalho individuais. Adicionalmente serão desenvolvidas metodologias automatizadas para a identificação de sinais fracos e monitoramento de tendências globais em CT&I, dois aspectos da maior importância para a rotina de observatórios;

b) Ferramentas para a análise de redes sociais e de relacionamento

Em 2015 o CGEE concluiu a Versão 1.0 da ferramenta de análise de redes sociais e de relacionamento. A ferramenta foi desenvolvida para gerar redes de pesquisadores e entidades associadas a partir de currículos Lattes e recebeu

importantes evoluções e novas aplicações durante o ano. Foi realizado um esforço conjunto com a equipe de TI do Centro para manter o esforço continuado de identificar, priorizar e resolver problemas de qualidade de dados que foram implementados, na interface da ferramenta para o usuário. Filtros similares aos disponíveis no Portal Inovação, com a adição da possibilidade de buscas de currículos a partir dos códigos DOI (Digital Object Identifier) dos seus artigos foram igualmente desenvolvidos. Essa última opção viabiliza a futura integração da ferramenta com dados bibliográficos de bases de dados como Web of Science e Scopus, entre outras. Com o desenvolvimento de novos algoritmos no processamento de coautorias, tornou-se possível processar redes de 30.000 currículos no mesmo tempo em que na versão anterior eram tratados apenas 6.000 (cerca de 8 horas). Os softwares e o controle de versionamento foram transplantados para os servidores do CGEE. A ferramenta também está mais intuitiva, contendo várias novas funcionalidades de manipulação de palavras-chave, facilitando e ampliando as opções de uso para colaboradores do CGEE. Durante o ano, foram realizados encontros de capacitação na ferramenta de análise de redes para um conjunto inicial de colaboradores do CGEE. Nessa linha, foi produzido e distribuído um documento com a descrição do sistema que inclui o seu manual de utilização. Tais medidas resultaram em um aumento significativo na base de usuários da ferramenta no CGEE e na sua aplicação em projetos do Centro como, por exemplo, o na Atividade de Agendas Internacionais (ÁridasLAC), Cidades Sustentáveis e no Observatório de Tecnologias Espaciais;

c) Desenvolvimento e consolidação de ferramentas para a identificação de tecnologias emergentes a partir de dados de patentes.

Ao longo de 2015 foram realizados testes com métodos de processamento de linguagem natural e análise de redes de subclasses de patentes em uma base de cerca de 1100 patentes de tecnologias relacionadas ao sistema de georreferenciamento GPS em colaboração com pesquisadores da RAND Corporation, instituição renomada dos EUA. Essa base de dados foi enviada para a empresa Plugar para a realização de testes que culminaram com a importação de cerca de 8 milhões de patentes do USPTO. Os resultados preliminares indicaram caminhos promissores no uso de análise de redes para a obtenção de evidências de surgimento de inovações disruptivas a partir de dados de patentes. Trata-se de processo em desenvolvimento que será discutido em maior profundidade em 2016;

d) Cooperação entre o CGEE e a Higher School of Economics – HSE da Rússia

Iniciada em 2014, essa cooperação teve como objetivo criar um ambiente permanente de troca de informações sobre o desenvolvimento, de forma colaborativa, e uso de métodos e ferramentas empregadas em estudos de futuro e avaliação estratégica. Ao final de 2015, essa cooperação foi formalizada com a assinatura de um Acordo de Cooperação entre a HSE e o CGEE. Entre outros propósitos, esse Acordo prevê a articulação, por parte das duas instituições signatárias, de uma rede colaborativa entre Centros de Foresight na área de CT&I, de forma a se ampliar formas de colaboração com instituições devotadas a estudos de Foresight.

• Disseminação de informações produzidas pelo CGEE

Em continuidade à reformulação dos processos das ações de disseminação de informação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), intensificada em 2014, foram conduzidas em 2015 as tarefas de implementação das atividades previstas nos três subprojetos, conforme o que se segue:

a) A reestruturação do site institucional do CGEE

A nova versão do site institucional foi lançada em 19 de outubro de 2015 e permite, dentre outras funcionalidades, a integração do novo site ao Sistema Integrado de Informações e ao Acervo de Documentos do Centro. Essa funcionalidade visa disponibilizar, mais facilmente, as informações de interesse de nosso público-alvo em geral, originárias dos estudos conduzidos pelo CGEE. Essa integração permite, também, uma atuação mais ativa dos colaboradores do Centro na inserção no novo site das informações a serem divulgadas. A nova plataforma apresenta uma estrutura que permitirá à equipe interna atuar de forma mais independente para a atualização de conteúdos, sem a necessidade de suporte técnico adicional das áreas de design e TI para isso.

b) Processo de planejamento da revista Parcerias Estratégicas do CGEE (RPE)

Como parte das atividades previstas, foram produzidas a edição nº 40 (junho), edição especial sobre a participação do CGEE na 5ª Conferência FTA (Future-

Oriented Technology Analysis), realizada em Bruxelas, em 2014, e a edição nº 41 (dezembro), com análises e contribuições sobre o tema Desertificação e as implicações derivadas das mudanças climáticas globais, com ênfase na região nordeste. No final do primeiro semestre de 2016, deverá ser implementado o novo projeto editorial e gráfico aprovado para a Revista Parcerias Estratégicas;

c) Planejamento anual de Publicações dos Estudos do CGEE

Esse trabalho foi realizado em conjunto com a equipe da unidade de projetos, por meio de técnicas de modelagem de processos, envolvendo a gestão da demanda, priorização e melhoria de desempenho das áreas envolvidas. Foi elaborada, ainda, uma proposta de metodologia para aferição de eficiência e eficácia do processo operacional do plano de publicações. As publicações elaboradas em 2015 foram: 1) Programa demonstrativo para inovação em cadeia produtiva selecionada; Energia Eólica; 2) Sugestões de aprimoramento ao modelo de fomento à PD&I do Setor Elétrico Brasileiro; Programa de P&D regulado pela Aneel; 3) Dimensões estratégicas do desenvolvimento Brasileiro - Volume IV; Brasil: em busca de um novo modelo de desenvolvimento; e 4) Mapa da educação profissional e tecnológica; Experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras.

Além dos três itens relatados acima, a equipe do projeto esteve atuante na reunião anual da SBPC, onde foram apresentados os resultados do estudo "Percepção Pública da Ciência, Tecnologia no Brasil - 2015", lançado pelo ministro da CT&I e pelo presidente do CGEE na abertura do evento. De forma similar, o CGEE participou da 12ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília/DF. Nessa edição, o CGEE propôs uma construção metodológica de disseminação diferenciada, com forte viés interativo com os visitantes do evento, que incluiu uma programação lúdica de divulgação científica voltada a crianças e adolescentes desenvolvida em duas dinâmicas distintas: oficina com ilustrador, sobre a "Cidade Sustentável do Futuro" e uma peça teatral, com o título "Cientistas!? Onde Vivem? O que comem? Como se formam?", ambas inspiradas em estudos conduzidos pelo Centro e que contaram com centenas de participantes em todos os dias do evento.

Numa avaliação geral da atividade, o principal destaque foi a maior inserção do CGEE nos meios de comunicação, como resultado do planejamento das campanhas de disseminação. Tomando-se o ano de 2014 como comparação, no qual foram observadas 93 inserções na mídia, em 2015 foram mapeadas 340 inserções entre

jornais impressos, TV, portais da grande mídia e sites especializados. Esse resultado também repercutiu em novos seguidores no twitter e, conseqüentemente, em um aumento no compartilhamento dos conteúdos gerados pelo Centro.

- **Indicadores de Inovação nas empresas**

O projeto Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras (Primar) se divide em três subprojetos: Coleta de Dados Primários e Produção de Indicadores sobre Gestão de Inovação; Desenvolvimento dos Sistemas de Aquisição Armazenagem, Tratamento e Disseminação de Dados; e Disseminação de Resultados. Em relação ao primeiro subprojeto, destaca-se a construção da base de dados qualificada sobre gestão de inovação, referente a 66 empresas de diferentes trajetórias tecnológicas. Essa base foi constituída a partir de pesquisa de campo, cuja coleta identificou profissionais (diretores e gerentes) da área de P&D e Inovação de 249 empresas, reconhecidamente inovadoras. A coleta de dados foi realizada no período entre 30 de julho a 16 de dezembro de 2015, por meio de aplicação de questionário eletrônico, seguida por entrevistas presenciais voltadas à coleta de evidências e validação das informações fornecidas eletronicamente pelas empresas. Foram cobertas, nessa primeira etapa, 66 das 100 empresas industriais e de serviços previstas no recorte intencional (não representativo) das empresas industriais e de serviço que o estudo pretende abarcar. O segundo resultado foi a produção de 66 relatórios individuais de "benchmarking" para as empresas participantes contemplando indicadores de capacidade em gestão da inovação nas cinco dimensões exploradas pela pesquisa (Processos, rotinas e ferramentas; Redes de inovação, transferência e comercialização de tecnologia e inovação; Estratégia de P&D e inovação; Governança e organização de P&D e inovação; Desempenho inovador, financiamento e recursos para inovação), bem como a comparação dos resultados individuais das empresas vis-à-vis a um grupo de empresas assemelhadas a ela. O terceiro resultado alcançado foi a geração de relatório com a análise global da Cesta de Indicadores de Gestão da Inovação por estrato amostral da pesquisa (trajetórias tecnológicas; tamanho; origem de capital). Para mobilizar e desenvolver a pesquisa junto às empresas foi firmado o Primeiro Plano de Trabalho ao Acordo de Cooperação entre o CGEE, a CNI e o IEL-NC, em 03 de agosto de 2015.

Em relação ao segundo subprojeto, o primeiro resultado alcançado foi o conjunto de ajustes realizados no instrumento de consulta estruturada, atualmente utilizado no

CGEE. Para atender ao conjunto de aprimoramentos estabelecidos como importantes para coleta de dados do Primar, foram incorporados novos requisitos no desenvolvimento do Subsistema de Coleta e Armazenagem de dados do Projeto. Esse produto atende ao objetivo de possibilitar a ampliação de coleta de dados junto a um universo maior de empresas, uma vez que deverá ser acoplado a uma página web para acesso sob demanda, com identificação por conta de acesso e senha para o respondente. O novo Subsistema de Coleta permite, também, a configuração de perfis distintos de respondentes em uma mesma empresa, facultando o preenchimento por diferentes unidades da empresa e a consolidação e validação final do questionário por um único responsável. O segundo resultado diz respeito ao Visualizador dos Indicadores de Inovação. Para o acompanhamento da evolução dos indicadores nas subseqüentes rodadas de coleta, foi implementado o Plano Tabular que consiste do modelo de visualização, incluindo a geração de gráficos do tipo radar. Essa visualização, que atende também à produção do relatório analítico, foi desenvolvida na forma de protótipo funcional, fundamentada em uma modelagem estatística e com uso de ferramentas estatísticas, que será levada para um ambiente de acesso direto pelas empresas e usuários credenciados no futuro site do projeto. Outro resultado da implementação do Plano Tabular foi o estabelecimento do modelo de dados que conforme o cerne do Subsistema de Armazenagem e Disseminação. Assim, a página web de Indicadores de Inovação, quando implementada em meados de 2016, utilizará esse Subsistema de Armazenagem e Disseminação para provimento de suas funcionalidades.

- **Aprimoramentos do Sistema Integrado do CGEE, com vistas à promoção de ganhos em eficiência na gestão administrativa e programática do Centro**

Em 2015, o Projeto Integração dos Sistemas focou suas tarefas na criação de uma interface mais rápida que pudesse estabelecer níveis de comunicação entre os alguns setores do Centro e que permitisse a inserção de dados de forma eficaz, além de propiciar o acompanhamento de Subações e Projetos de Atividades conduzidos pelo Centro.

Os principais resultados da integração de sistemas foram:

a) Conclusão da geração automática de relatórios gerenciais do Centro, o que permite ao Órgão Supervisor, aos órgãos de controle e à Comissão de Avaliação do

Contrato de Gestão, um acompanhamento amplo da agenda do Centro e de seus resultados;

b) Desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades para o planejamento das Subações e Projetos de Atividades, assim como na edição e geração automática, pelo Sistema Integrado (SI), de Termos de Referência das Subações pactuadas no Contrato de Gestão;

c) Integração com o módulo de avaliação de consultores que prestaram serviços técnicos especializados ao CGEE, de modo a permitir que os líderes e os coordenadores, a partir do acesso na Subação ou Projeto de Atividade, identifiquem e avaliem, de acordo com orientações da diretoria, todos os consultores contratados;

d) Implementação das adequações e padronizações nas interfaces do SI definidas a partir de experiências de usuários entrevistados, pela equipe de designers contratados especificamente para esta finalidade;

e) Integração do SI ao novo portal do CGEE, utilizando-se, para tal, a ferramenta Liferay. A partir de então, o acesso ao SI é feito diretamente pelo novo site do CGEE. Esse procedimento permitirá aos líderes e coordenadores do Centro a divulgação dos resultados dos trabalhos realizados com independência e rapidez;

f) Criação no SI de funcionalidades para a gestão do versionamento de documentos relacionados ao Plano de Ação do Contrato de Gestão, particularmente aqueles associados aos projetos das Atividades, ou oriundos de Contratos Administrativos.

g) Adaptação do SI para o formato de novos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Isso significa que foram desenvolvidas funcionalidades que permitem a inserção de novas Subações e Projetos de Atividades ao Plano de Ação cada novo Termo Aditivo.

h) Desenvolvimento de um módulo de exportação de tarefas de Subações e Projetos para a ferramenta proprietária de gestão de projetos "Project";

i) Criação de um link para ferramenta "Redmine", que permite ao líder ou ao coordenador caminhar diretamente do Sistema Integrado para um detalhamento fino do projeto na mencionada ferramenta, podendo fazer a gestão em um nível de granularidade que pode chegar ao acompanhamento de horas trabalhadas da equipe envolvida, quando couber.

j) Aprimoramento da funcionalidade de acompanhamento do status de cada tarefa das Subações e Projetos de Atividades;

l) Separação das abas de produtos do CGEE ou produtos de referência de navegação do sistema a serem nomeadas de forma diferenciada. Assim, os Supervisores, Comissão de Avaliação ou Órgão de Controle poderão facilmente, ao acessar os dados referentes a uma Subação ou Projeto, identificar seus resultados, sem confundi-los com produtos de outras ações do Centro ou de outras instituições. Cabe esclarecer que esses produtos são automaticamente exportados do Termo de Referência, no caso das Subações.

- **Nova Plataforma Aquarius em software livre e certificação ISSO 9001 para o processo de compra de software e serviços correlatos**

No ano de 2015 o CGEE concluiu todos os desenvolvimentos solicitados pelo MCTI para a Plataforma Aquarius, conforme destacados a seguir:

a) Transição da Plataforma para uma solução em software livre e orientada a serviços. Os resultados alcançados com os Painéis de Conhecimento da Aquarius, nesta versão em software livre, permitiram ao Centro se capacitar no tratamento de processamento de linguagem natural no idioma português. Essa competência constitui um instrumento de grande valor agregado para a mineração textual e extração de conceitos de forma automatizada;

b) Obtenção de novos formatos para interoperação entre os Painéis Aquarius (JSON, XML);

c) Uso de banco de dados colunares. Esse tipo de ferramenta permitiu elevado ganho de desempenho nas consultas sobre o grande volume de dados que constitui o "data warehouse" da Plataforma Aquarius, e a diminuição dos requisitos de hardware para os servidores onde a nova Plataforma entrará em produção;

d) Implementação dos componentes "mapa de tópicos" e "nuvem de termos" com o uso de software livre e de algoritmos de processamento de linguagem natural (PLN) em português. Funcionalidades como extração de radicais (stemming) e termos compostos (n-grams), rotulagem dos termos com sua respectiva função sintática nas frases (part of speeching) e reconhecimento de palavras não utilizáveis (stop words), foram implementadas com base em software livre adaptados para português. Esse desenvolvimento resultou em um conjunto de softwares de propriedade do CGEE,

tecnologia essa que permite ao Centro realizar mineração de textos em português de forma automatizada e sobre fontes contendo grande volume de dados;

e) Visualização de informação complexa e grandes volumes de informação por meio de uma solução de estruturação da informação sob a forma de painéis gráficos, cuja montagem é guiada por perguntas estratégicas com associação de filtros de busca, as quais buscam simplificar a compreensão dos temas abordados;

f) Visualização de redes semânticas estruturando os termos extraídos automaticamente de textos no paradigma de redes hiperbólicas. Essa solução aprimorou intensamente a versão anterior do Mapa de Tópicos da Plataforma Aquarius, retirando o limite de número de termos visíveis a cada tela (antes limitado a 5). Nessa nova versão, as arestas que ligam os termos permitem, além de visualizar a quantidade de co-ocorrência dos termos, ver os registros da base de dados que as geraram; e

g) Preparação das equipes técnicas e administrativas para o processo voltado para a certificação ISO 9001 do "Processo de Aquisição de Software e Serviços Correlatos". Durante o ano foi elaborada toda a documentação do SGQ, com o apoio de consultoria especializada, composta pelo Manual da Qualidade e procedimentos que determinam o funcionamento do sistema, que foi oficialmente implantado em setembro. Em dezembro, ocorreu a auditoria interna, conduzida por 10 colaboradores do CGEE treinados no processo de aquisição de software e serviços correlatos. A auditoria externa, com vistas à obtenção de certificação ISO 9001, de abrangência internacional para sistemas de gestão da qualidade e reconhecida pelos seus impactos positivos em processos de trabalho está prevista para o início de 2016.

Situação das Subações e Atividades constantes do Plano de Ação 2015 do Contrato de Gestão, em 31 de dezembro deste ano:

LINHAS DE AÇÃO	SUBAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2015
Estudos, Análises e Avaliações	Evolução da capacidade de inovação nas empresas	CONCLUÍDA
	Mapeamento da capacidade brasileira na produção de software livre	DESCONTINUADA
	Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira	ANDAMENTO
	Estratégia de ação para o tema "Cidades Sustentáveis"	CONCLUÍDA
	Subsídios para a ENCTI 2016 – 2020	ANDAMENTO
	CT&I para o desenvolvimento social	CONCLUÍDA
	Modelos de avaliação do FNDCT	DESCONTINUADA
	Balanço dos 10 anos do Programa "Melhoria de Processo do Software Brasileira - MPB - BR"	CANCELADA
	Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)	ANDAMENTO
	Avaliação dos INCTs . Etapa IV	ANDAMENTO
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	ANDAMENTO
	Atividade - Indicadores de Inovação	ANDAMENTO
	Implantação do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI	CONCLUÍDA

	Nova abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária	CONCLUÍDA
	Modelos Institucionais para a gestão em CTI	ANDAMENTO
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	ANDAMENTO
Apoio Técnico à Gestão do SNCT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Semiárido do Brasil	CONCLUÍDA
	Percepção pública da CT&I no Brasil	CONCLUÍDA
	Atividade - Notas técnicas	ANDAMENTO
	Atividade - Reuniões de especialistas	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	ANDAMENTO
Disseminação de Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	ANDAMENTO
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	ANDAMENTO

Contratos Administrativos

Ao longo de 2015 foram conduzidas atividades referentes a 05 contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI e com instituições de CT&I do exterior. Os resumos de cada um deles são apresentados abaixo.

- **ANEEL - PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

O Contrato “PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA”, firmado em agosto de 2015 e demandado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), é financiado e supervisionado por 11 empresas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e tem por finalidade identificar, priorizar e analisar temas estratégicos na área da energia elétrica, para serem desenvolvidos no âmbito do programa de P&D, regulado pela Aneel, considerando o horizonte de 2050. O escopo do projeto abrange apenas o setor elétrico, que é tratado em 5 grupos, a saber: geração (G), transmissão (T), distribuição (D), eficiência energética (Ef) e economia da energia (Ec). O estudo fundamenta-se no conceito de *Foresight* e é dividido em quatro etapas: (i) Diagnóstico: identificar, entender e analisar o contexto e o panorama; Esta etapa é subdividida em três sub-etapas: a) Escopo, b) Panorama e c) Análise; (ii) Construção do Futuro: análise das possibilidades e seleção das melhores trajetórias tecnológicas e construção de *roadmaps*; (iii) Posicionamento: considerando o futuro idealizado e estruturação de uma agenda de CT&I com diretrizes e ações de curto, médio e longo prazos, vinculadas às linhas temáticas de CT&I apontadas como as mais promissoras e estratégicas; e (IV) Consolidação: Construção dos documentos finais, como o relatório final, publicações e base de dados. Ao longo da execução das quatro etapas, prevê-se a entrega de 9 (nove) produtos, sendo o último, um relatório que consolida o principais resultados das atividades realizadas. Até o final de dezembro de 2015 foi concluída a primeira sub-etapa, Escopo, prevista na etapa Diagnóstico. Nessa fase, foram entregues dois produtos: Produto 1 – Plano de Trabalho e o Produto 2 – Arquitetura da Base de Dados. Tais produtos foram apresentados ao grupo de empresas do Sistema Elétrico Brasileiro que financiam o projeto e à Aneel, tendo sido muito bem recebidos nessas instâncias. O CGEE compôs um comitê formado por um grupo de especialistas reconhecidos no setor, que, nesse momento (dezembro de 2015) analisam os produtos 1 e 2. As próximas sub-etapas são o Panorama e a Análise,

que comporão o Produto 3, e finalizarão a etapa Diagnóstico prevista para os próximos (7) sete meses. Essas sub-etapas vão levantar e analisar informações sobre 11 dimensões em 47 macrotemáticas distribuídas nos cinco grupos (G,T, D, Ef, Ec), completando a caracterização do Panorama da CT&I nesse setor. O Contrato encontra-se em andamento e dentro do seu cronograma. Negociações em curso indicam ser necessária a ampliação do seu prazo de execução, com consequente revisão dos valores originalmente contratados.

- **BANCO MUNDIAL - LIVRO SOBRE POLÍTICA DE SECAS NO BRASIL**

O CGEE foi contratado, em 03/08/2015, pelo Banco Mundial para apoiar a elaboração de um livro sobre a experiência brasileira no tocante à política sobre secas. A tarefa do CGEE inclui o apoio à organização, coordenação e editoração do livro, particularmente em relação aos capítulos elaborados por especialistas brasileiros. Durante o decorrer do segundo semestre de 2015, o CGEE desempenhou suas atividades em estreita articulação com a equipe de editores do livro “Política de Secas no Brasil” (dois editores do Banco Mundial e um editor do CGEE). O livro será publicado originalmente em língua inglesa, com o nome “Drought Policy in Brazil”, e depois será traduzido para o Português para publicação no Brasil. O CGEE contribuiu com o capítulo inicial do livro, denominado “Life and Drought in Brazil”. Esse capítulo substituiu a ideia de um prólogo do livro, de comum acordo com o Banco Mundial. Conforme o previsto, o CGEE contribuiu, também, para coordenar os trabalhos com os vários autores brasileiros e para revisar as suas contribuições, que se transformaram em capítulos do livro. Os especialistas brasileiros que colaboram para esse livro se vinculam a instituições como o Ministério da Integração Nacional, a ANA e a Funceme, entre outras, com quem o CGEE já vem, há algum tempo, desenvolvendo atividades colaborativas relacionadas com o tema das secas e do desenvolvimento das terras secas. Em virtude de pequenos atrasos verificados na preparação das contribuições de alguns dos especialistas, negociações em curso visam prorrogar o prazo de término desse Contrato para 31 de março de 2016.

- **UNIVERSITY OF DURHAM – AS POTÊNCIAS EMERGENTES, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO NA ÁFRICA SUB-SAARIANA**

O contrato em tela permitiu o envolvimento do CGEE no projeto “The Rising Powers, Clean Energy and the Low Carbon Transition in sub-Saharan Africa”, com duração de 3 anos (2012-2015). O projeto examinou como, por que e em que medida as potências emergentes, China, Brasil e Índia, estariam tornando possível uma transição para sistemas energéticos modernos de baixo carbono na África Austral. O contrato comparou os papéis que esses países têm desempenhado para facilitar a transição para sistemas energéticos modernos de baixo carbono na África Austral. Em particular, o projeto analisou como vários atores das potências emergentes estariam moldando a prestação de serviços de energia para fins produtivos e de bem-estar, tais que cocção, iluminação e mobilidade, e examinou as implicações nos preços, na acessibilidade e na sustentabilidade dos serviços de energia na região. Também visou avaliar as consequências para a governança mais ampla de energia e mudança climática nas escalas local, nacional, regional e global, em articulação com o projeto conduzido pelo CGEE “Agenda Positiva da Mudança do Clima”, no âmbito da Atividade “Inserção do CGEE em Agendas Internacionais do Desenvolvimento Sustentável”.

Esse contrato, de investigação interdisciplinar, foi financiado pelo Conselho de Pesquisa Econômica e Social inglês (ESRC), e envolveu, além do CGEE, as equipes acadêmicas das universidades de Durham e Sussex, trabalhando em conjunto com a ONG, Ação Prática, todas baseadas no Reino Unido, o Centro de Pesquisa de Energia da Universidade de Cape Town, na África do Sul, a Academia Chinesa de Ciências. As equipes envolvidas realizaram pesquisas na África do Sul, Moçambique, Brasil e China, compreendendo entrevistas semi-estruturadas e métodos de investigação participativa. O projeto promoveu a troca de conhecimento e o diálogo entre as equipes participantes, e fomentou a montagem de redes de pesquisa multidisciplinares e transnacionais relacionados com o papel das potências emergentes, no sentido de facilitar as transições para economias de baixo carbono na África sub-Saariana. Em 2015, o CGEE interagiu com a equipe inglesa do projeto, executou entrevistas complementares com atores-chave no Rio e em São Paulo, produzindo um informe, e participou do evento de avaliação e encerramento do projeto “Realising the Transition? Addressing the challenges of low carbon energy and development in Africa”, na Royal Society, em Londres, ocasião em que o CGEE fez uma apresentação sobre o tema, com foco nos resultados obtidos nesse contrato.

- **EMBAIXADA BRITÂNICA – POLÍTICA DE INOVAÇÃO PARA O SETOR DE ENERGIA**

Este contrato, iniciado ainda em 2013, teve como objetivo principal identificar desafios e gargalos no processo de PD&I no setor de energia elétrica e recomendar ações estruturantes para mitigá-los. Dentre os principais resultados obtidos destacam-se: 1) a criação de um programa de capacitação em nível de mestrado (a UnB mostrou interesse na organização e oferecimento do curso proposto); 2) a criação de uma ferramenta de gerenciamento de fluxo e disseminação de informações técnicas e gerenciais sobre os projetos de PD&I desenvolvidos pelas empresas do setor; e 3) aprimoramentos no manual da Aneel do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica (a serem iniciados em 2016).

Durante os quatro primeiros meses de 2015, foi realizada a editoração, a revisão final e a publicação dos resultados do estudo, em formato de livro (impresso e digital). Ainda na linha da disseminação de resultados, a Embaixada Britânica organizou um evento em maio de 2015 para divulgação dos resultados obtidos, no qual participaram gerentes de PD&I das empresas do setor elétrico, representantes de instâncias governamentais, da própria Aneel e de ONGs.

- **MINISTÉRIO DO ESPORTE - SUBSÍDIOS PARA O REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE**

Esse contrato, firmado ainda, em dezembro de 2012, com sobrestamento até julho de 2013, teve como objetivo gerar subsídios necessários ao Ministério do Esporte (ME) no seu processo de reposicionamento estratégico, visando consolidar o papel do Esporte na Política Nacional. Parte da necessidade de: (1) aumentar a eficiência e a eficácia de seus processos internos; (2) lidar com a crescente importância do esporte como componente fundamental da educação e da cidadania; e (3) enfrentar de forma eficiente a realização no Brasil, nos próximos anos, de grandes eventos globais nesta área, em particular a Copa da FIFA, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas em 2016.

O trabalho foi estruturado pelo CGEE em quatro módulos operacionais: a) “Ciência e Tecnologia para Esportes de Alto Rendimento”, que foi concluído por meio de uma extensa análise documental sobre a relação de CT&I com os

esportes de alto rendimento e uma análise sobre a apropriação desses conhecimentos nas técnicas de preparo de atletas com tais características; b) “Workshop sobre Oportunidades para Ciência, Tecnologia e Inovação ligadas aos Grandes Eventos Esportivos”, para o qual foi desenvolvido um estudo prévio sobre as oportunidades em CT&I relacionados aos grandes eventos esportivos a serem realizados no Brasil, buscando-se identificar e definir uma tipologia dessas oportunidades e o modo de serem viabilizadas; c) “Legados dos Grandes Eventos Esportivos”, que propôs uma definição das tipologias dos legados (Sociais, Infraestrutura, Econômica, Cultural) e uma análise detalhada dos casos recentes dos grandes eventos esportivos realizados (como, por exemplo, as duas Copas do Mundo de 2006 e de 2010 e Olimpíadas) com o objetivo de levantar os casos bem sucedidos ou não, com suas razões para a ocorrência de desdobramentos negativos e positivos; e d) “Desenvolvimento de Sistema de Indicadores para Acompanhamento da Política Nacional do Esporte”, que envolve o desenho e o detalhamento, em 2015 de um sistema de indicadores que garantam o monitoramento das políticas públicas vinculadas ao Plano Nacional do Esporte, não finalizado.

Esse contrato administrativo foi formalmente encerrado em 10 de maio de 2015, sem que todos os produtos previstos e entregues ao ME tivessem sido homologados pelos respectivos responsáveis nesse ministério. Desde então, a direção do CGEE tem mantido contatos frequentes, formais e informais, com a direção superior desse ministério, no sentido de buscar uma solução negociada para os desencontros verificados entre parte dos produtos entregues e as expectativas do ME em relação aos mesmos, razão maior das não homologações mencionadas. Espera-se que esses entendimentos sejam encerrados no início de 2016, de modo a que o CGEE obtenha a quitação formal do Contrato.

Relatório Financeiro Anual – 2015

O exercício de 2015 foi especialmente difícil para o CGEE em face da significativa redução no montante contratado de recursos de origem pública, no âmbito do Contrato de Gestão, mantido com o MCTI. Apesar de ter conseguido ampliar o valor total oriundo de Contratos Administrativos, nem de longe esses números conseguiram compensar a redução de 78,8% nos números do Contrato de Gestão.

A redução de 39,7 milhões para 8,0 milhões no valor contratado - 9º Termo Aditivo - de 2014 para 2015 respectivamente, impôs um conjunto de medidas de racionalização administrativa e de preparação do CGEE para absorver o impacto que esse fato produzirá nos anos seguintes.

A situação somente não se tornou insolúvel, pelo recebimento, embora parcial, dos recursos do 8º Termo Aditivo, firmado em novembro de 2014 e pela utilização dos saldos acumulados ao longo do contrato, o que garantiu a continuidade das Atividades contratadas e a sua plena execução, mas prejudicou de forma irreversível o início de novas Subações.

A renegociação de contratos, com repercussão em 2016, e os ajustes no quadro de pessoal foram imposições adotadas como forma de ajustar a Instituição para o momento de grandes dificuldades, mas serão necessárias intensas negociações com o MCTI, órgão supervisor do Contrato de Gestão para, na renovação do contrato que deverá ocorrer em 2016, ser recuperada a capacidade operacional do Centro, ao mesmo tempo em que novos Contratos Administrativos, ora em negociação, sejam concretizados e permitam a estabilidade institucional.

RECEITAS

Os recursos financeiros ao ingressarem no CGEE são classificados segundo sua origem e por consequência determinam a forma como irão ser utilizados. Conforme estabelecido na legislação que trata das Organizações Sociais – Lei nº 9.637 de 15.05.1998 – os recursos transferidos no âmbito do Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP destinam-se ao fomento das atividades e a manutenção geral da Instituição. No ano de 2015 o CGEE recebeu recursos da FINEP constante na programação de desembolso do 8º Termo Aditivo, não tendo ingressado recursos do MCTI.

Os recursos obtidos com Contratos Administrativos de Serviços objetivam custear a realização desses serviços e o reinvestimento de eventuais saldos apurados, em atividades vinculadas aos Objetivos Institucionais do Centro. A seguir identificamos essa classificação:

- I) **Fomento Público** por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI, com interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

II) **Contratos Administrativos** ou de prestação de serviços firmados com as seguintes Instituições públicas ou privadas:

- a) AES Tietê S/A
- b) Banco Mundial;
- c) BAESA-Energética Barra Grande S/A;
- d) Campos Novos Energia S/A;
- e) CEMIG Geração e Transmissão S/A;
- f) CESP Companhia Energ. de São Paulo;
- g) Companhia Sul Paulista de Energia;
- h) COPEL Distribuição S/A;
- i) COPEL Geração e Transmissão S/A;
- j) Embaixada Britânica
- k) LIGTH Serviços de Eletricidade S/A
- l) Ministério do Esporte
- m) PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A
- n) Universidade Durham

III) **Aplicações no Mercado Financeiro;**

Dos Recursos dos Contratos Administrativos

Pela sua natureza, os Contratos Administrativos firmados com Instituições públicas ou privadas, não se restringem a um único exercício. A seguir é apresentado um Quadro Demonstrativo do fluxo de recursos previstos nesses contratos, ao longo de toda sua vigência.

Contratante	Valor dos Contratos	(+/-)Cancelamentos/ Variações monetárias	(-) Recebido Até 2014	(-) Faturado ou Recebido 2015	(=) Crédito a Receber
AES Tiete S/A	510.527,27	0,00	0,00	61.673,89	448.853,38
Banco Mundial	31.500,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
BAESA–Energética Barra Grande S/A	255.263,64	0,00	0,00	30.836,94	224.426,70
Campos Novos Energia S/A	255.263,64	0,00	0,00	30.836,94	224.426,70
CEMIG Geração e Transmissão S/A	510.527,27	0,00	0,00	61.673,89	448.853,38
CESP Companhia Energ. de São Paulo	2.042.109,09	0,00	0,00	308.369,42	1.733.739,67
Companhia Sul Paulista de Energia	510.527,27	0,00	0,00	39.173,88	471.353,39
COPEL Distribuição S/A	255.263,64	0,00	0,00	30.836,94	224.426,70
COPEL Geração e Transmissão S/A	255.263,64	0,00	0,00	30.836,94	224.426,70
Embaixada Britânica	166.098,00	126.222,44	281.718,24	10.602,20	0,00
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	510.527,27	0,00	0,00	39.173,88	471.353,39
Ministério do Esporte	9.855.000,00	(6.455.000,00)	1.385.000,00	1.305.000,00	710.000,00
PETROBRAS	510.527,27	0,00	0,00	0,00	510.527,27
UNIVERSIDADE DURHAM	41.155,41	0,00	23.545,16	8.206,36	9.403,89
Total Geral	15.709.553,41	(6.328.777,56)	1.690.263,40	1.957.221,28	5.733.291,17

No aspecto contábil, para a apuração do resultado do exercício de 2015 é utilizada a informação correspondente ao registro de notas fiscais faturadas, de acordo com a entrega dos produtos contratados, como segue:

Receitas Contabilizadas em 2015	TOTAL
Contratos Administrativos	1.957.221,28
Total Geral	1.957.221,28

Das Deduções sobre os Recursos dos Contratos Administrativos - Faturados

Sobre os valores relativos aos Contratos Administrativos incide a cobrança do ISS - Imposto Sobre Serviços. Este tributo é deduzido do valor dos recursos faturados. Segue abaixo os valores correspondentes ao período:

(-) Dedução das Receitas	Total
Imposto Sobre Serviços - ISS	(96.920,68)
Total Geral	(96.920,68)

Dos Recursos do Contrato de Gestão

O Quadro a seguir demonstra o montante de recursos que ingressaram no CGEE no âmbito do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 11/11/2014, respectivamente:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS CONTRATO DE GESTÃO 2015				
	2014	2015		
Fonte de recurso	A receber	RECEBIMENTO EFETIVO		TERMO ADITIVO
Contrato de Gestão	Saldo remanescente	VALOR	DATA	Nº
FINEP	32.558.150,00	10.000.000,00	17/03/15	8º
		10.000.000,00	10/04/15	
		1.558.150,00	10/06/15	
		2.000.000,00	07/07/15	
		2.000.000,00	10/08/15	
		1.000.000,00	13/10/15	
		1.000.000,00	02/12/15	
TOTAL	32.558.150,00	27.558.150,00		

Com relação aos créditos programados específicos do 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado no exercício de 2015, a distribuição foi a seguinte:

ENTRADA DE RECURSOS - 9º Termo Aditivo ao CG			
Origem dos Recursos		Arrecado	A receber
MCTI	9º TA	2015	8.000.000,00
	8.000.000,00	0,00	
TOTAL		8.000.000,00	8.000.000,00

Dos Recursos de Aplicações Financeiras e Outros

O CGEE realiza aplicações no mercado financeiro, de todos os recursos disponíveis de modo a garantir sua atualidade. Os rendimentos gerados por essas aplicações e ainda os descontos obtidos de seus fornecedores produziram receitas conforme demonstrado a seguir:

Receitas	Total
Rendimentos de aplicação financeira	2.200.687,48
Descontos Obtidos	39.588,48
Total Geral	2.240.275,96

Durante o ano de 2015 o CGEE obteve ainda as seguintes receitas:

Receitas	Total
Doações bens móveis	22.450,11
Indenização Devolução de Valores Cobrados Indevidamente em Conta Telefônica	6.242,85
Recuperação de despesas	251,00
Total Geral	28.943,96

Da Consolidação das Receitas

O ingresso total de recursos atingiu durante o ano de 2015 a cifra de R\$ 31.784.591,20 conforme demonstrado no quadro abaixo, segundo a origem das receitas:

Consolidação das Receitas	Total
Recursos de Contratos Administrativos	1.957.221,28
Recursos do Contrato de Gestão	27.558.150,00
Recursos de Aplicações Financeiras / descontos	2.240.275,96
Outras Receitas	28.943,96
Total Geral	31.784.591,20

DISPÊNDIOS

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2015 foram agrupados, para efeito de demonstração, nos seguintes itens:

1. Pessoal e encargos

Reflete todos os dispêndios com pessoal, relacionados com a manutenção da equipe base do CGEE (equipe técnica especializada permanente e temporária, apoio administrativo e financeiro da gestão, assessoria técnica e direção).

2. Consultoria externa

Custos relacionados com a contratação de serviços de consultores e especialistas – pessoa jurídica ou pessoa física – para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro.

3. Eventos de mobilização de competências

Custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis e reuniões de especialistas, palestras, etc.) para a consecução das diversas atividades do Centro.

4. Manutenção administrativa

Custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio, sistemas de informação e outros.

5. Outras despesas operacionais

Despesas financeiras, impostos, taxas, provisões para perdas entre outras.

6. Depreciação e amortização

Despesas relacionadas ao desgaste de um bem ou direito pelo uso contínuo.

7. Investimentos

Dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

Dos dispêndios realizados em 2015

Dispêndios	
Pessoal e encargos	18.633.335,86
Consultoria externa	5.280.619,95
Eventos de mobilização de competências	1.320.469,84
Manutenção administrativa	5.191.177,78
Outras despesas operacionais	1.325.007,40
Depreciação	669.055,36
Total Geral	32.419.666,19
Investimentos do Exercício	125.601,09
Total de Dispêndios + Investimentos	32.545.267,28

DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E ACUMULADO – SUPERÁVIT / DÉFICIT

O resultado consolidado do exercício de 2015 está demonstrado de forma resumida no quadro abaixo:

Resultado do Exercício	
Receitas do exercício	31.784.591,20
(-) Deduções das receitas - ISS	(96.920,68)
(-) Dispêndios do exercício	(32.545.267,28)
Déficit do Exercício 2015	(857.596,76)

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR TIPO DE CONTRATO

Buscando demonstrar os saldos apurados pelo CGEE por tipo de contratação é apresentado a seguir um quadro síntese contendo a segregação do resultado operacional, tanto do Contrato de Gestão quanto dos Contratos Administrativos.

Nesse quadro estão registradas ainda as expectativas de receita já contratadas, bem como, os compromissos de despesa também formalmente assumidos.

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE RECEITAS E DESEMBOLSOS				
PERIODO 01/01/2015 A 31/12/2015				
RECEITAS	Competência	Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Receitas Operacionais				
Créditos Recebidos	2014	27.558.150,00	1.957.221,28	
	2015	0,00		
Total de Receitas Operacionais		27.558.150,00	1.957.221,28	29.515.371,28
Outras Receitas				
Receitas financeiras		2.034.067,05	206.208,91	2.240.275,96
Recuperação de Despesas		251,00	0,00	251,00
Doações		22.450,11		22.450,11
Indenizações		6.242,85		6.242,85
Total de Outras Receitas		2.063.011,01	206.208,91	2.269.219,92
TOTAL DE RECEITAS		29.621.161,01	2.163.430,19	31.784.591,20
Receitas / Créditos à receber- FUTURO		13.000.000,00	5.733.291,17	18.733.291,17
DEDUÇÕES		Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Despesas				
Pessoal e Encargos		18.239.712,25	393.623,61	18.633.335,86
Eventos, Diária, Passagens		1.250.046,92	70.422,92	1.320.469,84
Consultoria Externa		4.807.353,21	473.266,74	5.280.619,95
Manutenção Administrativa		5.082.715,83	108.461,95	5.191.177,78
Outras despesas operacionais		658.140,25	666.867,15	1.325.007,40
Depreciação e Amortização		667.762,64	1.292,72	669.055,36
Total Despesas		30.705.731,10	1.713.935,09	32.419.666,19
Outras Deduções				
ISS		0,00	96.920,68	96.920,68
Total Outras deduções		0,00	96.920,68	96.920,68
TOTAL DE DEDUÇÕES		30.705.731,10	1.810.855,77	32.516.586,87
Despesas / Compromissos - FUTURO		10.052.993,25	32.538,86	10.085.532,11
INVESTIMENTOS		125.601,09	0,00	125.601,09
Superavit / Deficit - no exercicio - Investimentos		-1.210.171,18	352.574,42	-857.596,76
Superavit/Deficit -Considerando Compromissos Futuros		1.736.835,57	6.053.326,73	7.790.162,30

DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

A movimentação dos recursos financeiros recebidos pelo Centro foi realizada por meio de contas correntes e pela aplicação em fundos de investimento de Liquidez Imediata, sendo que os saldos em 31 de dezembro de 2015 correspondem a:

Banco do Brasil – AG 1003-0	Valor
Conta Corrente – 435.002-2	215,90
Conta Corrente – 435.001-4	2.879,54
Conta Corrente – 435.006-5	301,70
Conta Corrente – 44.898-2	33.604,30
Aplicação de Liquidez Imediata	13.287.309,62
Total	13.324.311,06

DA EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS

O quadro a seguir apresenta o comportamento histórico de alguns números do CGEE que, de alguma forma, indiretamente evidenciam o volume de trabalho dispendido nas atividades de apoio ao funcionamento do Centro. Os números, consequência da redução na capacidade de investimento do Centro, espelham a redução no volume de trabalho direto e por decorrência a redução da força de trabalho.

Exercício	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número de Empregados (em 31.12)	80	84	93	97	97	88
Registros Contábeis	37.317	25.785	30.639	33.719	32.824	28.810
Contratos Firmados	363	187	253	211	179	127
Dispêndios (R\$)	32.687.790,30	26.508.021,98	37.329.832,38	38.265.090,57	37.618.609,17	32.545.267,28

ANEXOS

São anexos ao presente relatório os seguintes documentos:

- Anexo I: Balanço Patrimonial, Demais Demonstrações e Notas Explicativas.
- Anexo II: Relatório dos Auditores Independentes.
- Anexo III: Parecer do Conselho Fiscal.

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2015

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2015	2014		2015	2014
CIRCULANTE	27.388.857,76	47.084.189,52	CIRCULANTE	4.127.232,82	4.706.859,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.324.311,06	13.409.935,72	Encargos Sociais a Recolher	354.014,89	371.022,10
Bancos/caixa - Recursos com Restrição	37.001,44	22.573,44	Encargos Tributários a Recolher	186.042,05	276.864,89
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	13.287.309,62	13.387.362,28	Fornecedores	576.477,40	545.158,14
			Provisão para Férias e Encargos	1.238.441,85	1.357.170,41
			Provisão Contratos de Serviços	1.692.772,45	1.835.858,52
			Outras contas a pagar	79.484,18	320.785,61
OUTROS VALORES A RECEBER	14.064.546,70	33.674.253,80			
Clientes	13.681.548,88	33.058.720,96			
Adiantamento a Fornecedores	266.309,36	163.092,96			
Impostos a Recuperar	49.286,30	49.286,30			
Adiantamento a Funcionários	0,00	15.449,05			
Adiantamento de férias	54.407,37	368.519,24			
Outros Créditos	1.172,60	4.631,05			
Despesas do Exercício Seguinte	11.822,19	14.554,24			
NÃO CIRCULANTE	1.598.895,09	2.146.098,92	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	24.860.520,03	44.523.428,77
IMOBILIZADO	1.398.496,14	1.781.585,74	RESERVAS	8.954.297,69	6.750.408,82
Bens Próprios com Restrição	4.050.082,85	3.958.760,24	Reserva Técnica - com Restrição	8.954.297,69	6.750.408,82
(-) Depreciações Acumuladas	(2.651.586,71)	(2.177.174,50)			
INTANGÍVEL	200.398,95	364.513,18	SUPERÁVIT ACUMULADOS	15.906.222,34	37.773.019,95
Sistemas Aplicativos - Software -com Restrição	1.390.240,86	1.362.289,58	Superávit de Exercícios Anteriores-com restrição	36.196.368,01	32.189.772,30
(-) Amortizações Acumuladas	(1.189.841,91)	(997.776,40)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição	(20.290.145,67)	5.583.247,65
TOTAL DO ATIVO	28.987.752,85	49.230.288,44	TOTAL DO PASSIVO	28.987.752,85	49.230.288,44


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2015
CNPJ 04.724.690/0001-82

	2015	2014
(+) RECEITA BRUTA	9.986.165,24	41.290.343,61
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	8.000.000,00	37.950.000,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	251,00	45.100,05
Serviços Prestados a Terceiros	1.957.221,28	3.295.243,56
Doações e indenizações	28.692,96	0,00
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO	9.986.165,24	41.290.343,61
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(96.920,68)	(153.028,48)
ISS sobre Faturamento	(96.920,68)	(153.028,48)
(=) RECEITA LÍQUIDA	9.889.244,56	41.137.315,13
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	(30.192.148,00)	(34.459.130,05)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.968.914,74)	(2.215.795,95)
Despesas com Pessoal e Encargos	(18.239.712,25)	(17.320.141,95)
Serviços de Terceiros	(4.807.353,21)	(8.581.687,83)
Alugueis e Arrendamentos	(3.113.801,09)	(2.880.406,98)
Impostos e Taxas	(52.144,97)	(46.742,76)
Diárias	(524.354,73)	(975.647,10)
Passagens	(656.224,55)	(1.498.657,64)
Promoções e Eventos	(69.467,64)	(216.592,78)
Outras Despesas Operacionais	(92.412,18)	(54.037,71)
Depreciações e Amortizações	(667.762,64)	(669.419,35)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	(1.671.354,50)	(2.599.879,47)
Despesas Gerais e Administrativas	(53.218,78)	(3.661,68)
Despesas com Pessoal e Encargos	(393.623,61)	(670.434,15)
Serviços de Terceiros	(473.266,74)	(1.308.280,20)
Alugueis e Arrendamentos	(55.243,17)	0,00
Impostos e Taxas	(1.592,89)	0,00
Diárias	(22.913,75)	(140.428,10)
Passagens	(37.204,15)	(188.310,88)
Promoções e Eventos	(10.305,02)	(286.491,36)
Outras Despesas Operacionais	(2.818,67)	(1.029,00)
Depreciações e Amortizações	(1.292,72)	(1.244,10)
Perdas Estimadas de Créditos - PECLD	(619.875,00)	0,00
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-21.974.257,94	4.078.305,61
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	1.684.112,27	1.504.942,04
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(513.583,10)	(369.840,02)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(42.580,59)	(36.731,15)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	2.034.067,05	1.704.084,95
Receitas Financeiras - Outros Contratos	206.208,91	207.428,26
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(20.290.145,67)	5.583.247,65

MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34



cgée

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2013	24.684.833,68	5.837.739,39	8.417.608,05	38.940.181,12
Incorporação do Superávit 2013	5.837.739,39	(5.837.739,39)	-	-
Transferência para Reserva Técnica	1.667.199,23		(1.667.199,23)	-
Superávit do Exercício	-	5.583.247,65	-	5.583.247,65
SALDO EM 31/12/2014	32.189.772,30	5.583.247,65	6.750.408,82	44.523.428,77
Incorporação do Superávit 2014	5.583.247,65	(5.583.247,65)		-
Ajuste Superávit Exercícios Anteriores	627.236,93			627.236,93
Transferência para Reserva Técnica	(2.203.888,87)		2.203.888,87	-
Déficit do Exercício		(20.290.145,67)		(20.290.145,67)
SALDO EM 31/12/2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2015

CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2015	2014
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	(20.290.145,67)	5.583.247,65
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	669.055,36	670.663,45
(+) Ajuste de exercícios anteriores	627.236,93	-
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	3.749,56	-
(+) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	619.875,00	
 Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	18.757.297,08	(11.242.240,97)
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	226.344,52	(855,09)
(+/-) Redução/(Aumento) em aplicações financeiras	-	132.380,00
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	6.190,50	(9.498,65)
 Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(107.830,05)	135.034,75
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	31.319,26	268.867,33
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(118.728,56)	(27.730,83)
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(143.086,07)	157.277,55
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(241.301,43)	229.133,92
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	39.976,43	(4.103.720,89)
 2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2015	2014
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(97.649,81)	(129.955,16)
(-) Compra do Ativo intangível	(27.951,28)	(35.444,13)
 Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(125.601,09)	(165.399,29)
 AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(85.624,66)	(4.269.120,18)
 3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(85.624,66)	(4.269.120,18)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	13.409.935,72	17.679.055,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	13.324.311,06	13.409.935,72


MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF: 768.155.871-34

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

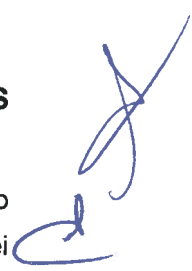
As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

No ano de 2015, diante do cenário econômico nacional, ocorreu uma redução considerável das receitas do Centro oriundas de recursos públicos vinculados ao contrato de Gestão. Essa redução diminuiu sensivelmente as possibilidades de crescimento e expansão, suprimiu o desenvolvimento de novos projetos pelo CGEE e afetou diretamente o orçamento geral, impondo a adoção de várias ações para redução de custos.

A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C, T & I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12



sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2015 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão” elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a idéia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

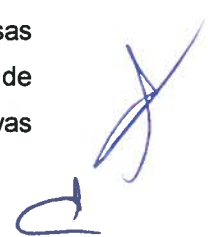
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.



3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Recebíveis

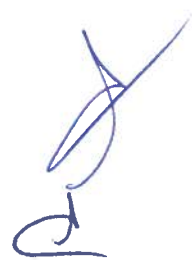
Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2015.

3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.



As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2015	2014
Bancos/Caixa – Recursos com restrição -Contrato Administrativo	36.785,54	22.573,44
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	215,90	0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos Administrativos	1.816.124,46	1.939.630,20
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contrato de Gestão	11.471.185,16	11.447.732,08
Total	13.324.311,06	13.409.935,72

5. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2015	2014
ANA – Agência Nacional de Águas	0,00	310.570,96
BAESA – Energética Barra Grande S/A	11.250,00	0,00
Campos Novos Energia S/A	11.250,00	,00
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	5.000.000,00	32.558.150,00
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	39.173,88	0,00
MCTI – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	8.000.000,00	0,00
ME – Ministério dos Esportes	1.239.750,00	190.000,00
(-) Perdas Estimadas	(619.875)	
Total	13.681.548,88	33.058.720,96

No ano de 2015 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Verificou-se que



seria prudente o registro estimado dessa perda no valor correspondente a 50% das notas fiscais faturadas para o Ministério dos Esportes – ME relativas ao contrato nº 47/2012 correspondente ao montante de R\$ 619.875,00.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 266.309,36 (R\$ 163.092,96 – 2014).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2015	2014
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	2.093.503,02	2.014.412,25
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	354.399,94	342.168,10
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(2.651.586,71)	(2.177.174,50)
Subtotal do Imobilizado		1.398.496,14	1.781.585,74
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%	1.390.240,86	1.362.289,58
(-) Amortizações		(1.189.841,91)	(997.776,40)
Subtotal do Intangível		200.398,95	364.513,18
Total do Imobilizado e Intangível		1.598.895,09	2.146.098,92

8. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:



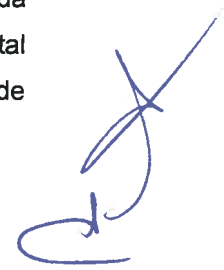
Fornecedores	2015	2014
Caixa de Assistência Social da FIPECQ	79.761,48	0,00
Centro Empresarial Parque Cidade	39.518,45	0,00
EVERIS Brasilia	0,00	55.920,00
EXCEN – Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA	20.000,00	0,00
FCPC – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	0,00	135.000,00
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços LTDA	9.313,47	0,00
Icomunicação Integrada EIRELI – EPP	26.232,85	0,00
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	56.000,00	0,00
IPEAD – Fundação Inst. De Pesquisas Economicas, Adm e contábeis	0,00	75.000,00
Office Administração e Serviços	32.782,97	0,00
Plugar Informações Estratégicas S/A	40.045,44	0,00
PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do BB	245.597,35	0,00
RadioNet Consultoria Empresarial Ltda	0,00	16.000,00
RALEDUC – Tecnologia e Educação Ltda – EPP	0,00	227.500,00
Outros Fornecedores	27.225,39	35.738,14
Totais	576.477,40	545.158,14

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2015 uma provisão para férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.238.441,85 (R\$ 1.357.170,41 - 2014).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2015, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2015 o valor correspondente a R\$ 1.692.772,45 a título de provisão (R\$ 1.835.858,52 – 2014).



11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2015	2014
Ressarcimento - Pessoal Cedido	28.321,68	24.763,71
Créditos a Compensar	51.162,50	47.624,67
Saldos bancários a compensar	0,00	248.397,23
Totais	79.484,18	320.785,61

- a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.
- b) Créditos a compensar/ Desconto em folha – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE
- c) Saldos bancários a Compensar/Agendados – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas que ocorreram até 2014.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador.



De acordo com a Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 8.954.297,69, neste exercício (R\$ 6.750.408,82 – 2014).

12.1 AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No ano de 2015 o Centro realizou os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

Descrição	Data	Valor
Ajuste de exercício anterior do contrato nº 130/2014 que foi rescindido da SRGD Consultoria em Economia Ltda ME cfe Termo de Rescisão e o rel. SCRT.306.	30/04/2015	24.000,00
Devolução de recurso não utilizado MIT	16/07/2015	571.236,93
Baixa por rescisão do contrato nº 210/2013 do fornecedor Stallivieri e Gusmão Gestão Tecnologia	31/08/2015	32.000,00
TOTAL		627.236,93

13. RECEITAS

a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2015 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 37.950.000,00 – 2014), escriturados no ativo circulante a receber.

b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2015 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 1.957.221,28 (R\$ 3.295.243,56 – 2014). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2015	2014
AES Tiete S/A	61.673,89	0,00
BAESA – Energética Barra Grande S/A	30.836,94	0,00
CESP – Companhia Energética São Paulo	308.369,42	0,00
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	61.673,89	0,00
COPEL – Distribuidora S/A	30.836,94	0,00
COPEL – Geração e Transmissão S/A	30.836,94	0,00
Companhia Sul Paulista de Energia	39.173,88	0,00
Embaixada Britânica – Energy	10.602,20	211.128,70
ENERCAM – Campos Novos Energia S/A	30.836,94	0,00
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	39.173,88	0,00



Ministério do Meio Ambiente – MMA	0,00	309.231,04
Ministério do Desenv. Ind e Com. Exterior-MDIC	0,00	216.499,00
Ministério do Esporte - ME	1.305.000,00	1.385.000,00
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG	0,00	95.241,29
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	0,00	120.550,37
Universidade DURHAM	8.206,36	23.545,16
Agência Nacional de Águas	0,00	934.048,00
Totais	1.957.221,28	3.295.243,56

- c) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2015 uma receita financeira de R\$ 2.240.275,96 (R\$ 1.911.513,21 – 2014), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.994.478,57	206.208,91
Descontos Obtidos	39.588,48	0,00
Totais	2.034.067,05	206.208,91
Total Geral	2.240.275,96	

14. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 32.419.666,19 (R\$ 37.465.580,69 - 2014), sendo R\$ 30.705.731,10 (R\$ 34.828.970,07 – 2014) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 1.713.935,09 (R\$ 2.636.610,62 – 2014) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade



administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 553.951,08 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais, oito centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2015;

- c) **Fiscalização** - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.602.303,72 (um milhão, seiscentos e dois mil, trezentos e três reais, setenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2015;
- d) **Processos Administrativos** – Constam, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2005 e 2006 (TC020.653/2006-3 e TC020.217/2007-3 respectivamente). Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2015 como provável.
- e) **Compromissos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.085.532,11 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 5.733.291,17, que não configura no resultado do exercício em 2015, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2015.



MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32



IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

Demonstrações Financeiras

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

31 de dezembro de 2015 e de 2014

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais..... 4

Demonstrações do déficit e superávit 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 8

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
Brasília-DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Centro é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Organização Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Centro para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Centro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva – limitação de escopo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 05, o Centro mantém valores a receber referentes ao Contrato de Gestão e Contratos Administrativos que em 31 de dezembro de 2015 montavam aproximadamente R\$ 13.682 mil. Realizamos o procedimento de circularização para confirmação de saldos dos valores registrados naquela data base e obtivemos as respostas dos valores referentes ao Contrato de Gestão. Todavia, não obtivemos todas as respostas solicitadas referentes aos contratos administrativos. Quanto ao Contrato de Gestão, o Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido em seus termos aditivos, embora o MCTI e a FINEP tenham confirmado a emissão de notas de empenho correspondente aos valores a receber registrados no montante de R\$ 13.000 mil, não se tem a garantia do recebimento, tendo em vista que o empenho em processamento poderá sofrer alterações sendo possível, inclusive, a sua não liquidação. Nesse sentido, não foi possível mensurar os efeitos nas demonstrações financeiras do desfecho desse tema, especialmente pela proximidade do encerramento do contrato de gestão em 30/06/2016. Com relação aos contratos administrativos nossa análise ficou restrita as informações contábeis apresentadas não sendo confirmadas pela integralidade por todos os clientes, sendo assim, não foi possível mensurar a necessidade de ajuste nas demonstrações contábeis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva – limitação de escopo”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, que descreve que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão, firmado originalmente em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. A administração do Centro entende que todo o patrimônio da instituição é passível da restrição legal prevista na Lei das Organizações Sociais nº 9.637/98 na determinação de que, na desqualificação ou extinção de uma Organização Social todo o seu patrimônio será revertido ao órgão fomentador ou para instituição similar, no entanto, esta poderá gerir os seus recursos aplicando-os nos seus objetivos sociais. Nesse contexto, o Centro faz a gestão dos recursos oriundos do contrato de gestão e depende operacionalmente do repasse destes para continuar operando. Tendo em vista, o prazo final para o término do segundo ciclo do contrato de gestão em 30/06/2016 o Centro dependerá, para dar continuidade as suas atividades, da realização de um novo contrato de gestão.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que dispõe sobre o processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizado pelo Ministério Público Federal, bem como sobre os processos administrativos, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, por descumprimento de obrigações principais e acessórias. Em 31 de dezembro de 2015, os referidos processos foram classificados pelos assessores jurídicos com possível possibilidade de perda e com valores estimados em R\$ 554 mil e 1.602 mil, respectivamente. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Brasília, 10 de fevereiro de 2016.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4



Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
ATIVO		28.987.753	49.230.288	PASSIVO		28.987.753	49.230.288
Circulante		27.388.858	47.084.189	Circulante		4.127.233	4.706.860
Caixa e Equivalentes de caixa	4	13.324.311	13.409.936	Encargos sociais a recolher		354.015	371.022
Bancos/caixa - Recursos com restrição		37.001	22.573	Encargos tributários a recolher		186.042	276.865
Aplicações Financeiras com restrição		13.287.310	13.387.362	Fornecedores	8	576.477	545.158
Outros Valores a Receber		14.064.547	33.674.254	Provisão para férias e encargos	9	1.238.442	1.357.170
Clientes	5	13.681.549	33.058.721	Provisão de contratos de serviços	10	1.692.772	1.835.859
Adiantamentos a fornecedores	6	266.309	163.093	Outras contas a pagar	11	79.484	320.786
Impostos a recuperar		49.286	49.286				
Adiantamento a funcionários		-	15.449				
Adiantamento de férias		54.407	368.519				
Outros créditos		1.173	4.631				
Despesas do exercício seguinte		11.822	14.554				
Não Circulante		1.598.895	2.146.099	Patrimônio Líquido	12	24.860.520	44.523.429
Imobilizado	7	1.398.496	1.781.586	Reservas		8.954.298	6.750.409
Bens Próprios com restrição		4.050.083	3.958.760	Reserva técnica - com restrição		8.954.298	6.750.409
(-) Depreciações Acumuladas		(2.651.587)	(2.177.175)				
Intangível	7	200.399	364.513	Superávit Acumulados		15.906.222	37.773.020
Sistemas Aplicativos - Software com restrição		1.390.241	1.362.290	Superávit de Exercícios anteriores - com restrição		36.196.368	32.189.772
(-) Amortizações Acumuladas		(1.189.842)	(997.776)	Déficit / Superávit do Exercício - com restrição		(20.290.146)	5.583.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Demonstração do déficit e superávit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2015	2014
RECEITA BRUTA		9.986.165	41.290.344
Com Restrição			
Contrato de gestão	13.a	8.000.000	37.950.000
Recuperação de despesas/ressarcimento		251	45.100
Serviços prestados a terceiros	13.b	1.957.221	3.295.244
Doações e indenizações		28.693	-
			-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(96.921)	(153.028)
ISSQN sobre faturamento		(96.921)	(153.028)
RECEITA LÍQUIDA		9.889.245	41.137.315
DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	14	(30.192.148)	(34.459.130)
Despesas gerais e administrativas		(1.968.915)	(2.215.796)
Despesas com pessoal e encargos		(18.239.712)	(17.320.142)
Serviços de terceiros		(4.807.353)	(8.581.688)
Alugueis e arrendamentos		(3.113.801)	(2.880.407)
Impostos e taxas		(52.145)	(46.743)
Diárias		(524.355)	(975.647)
Passagens		(656.225)	(1.498.658)
Promoções e eventos		(69.468)	(216.593)
Outras Despesas operacionais		(92.412)	(54.038)
Depreciações e amortizações		(667.763)	(669.419)
DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	14	(1.671.355)	(2.599.879)
Despesas gerais e administrativas		(53.219)	(3.662)
Despesas com pessoal e encargos		(393.624)	(670.434)
Serviços de terceiros		(473.267)	(1.308.280)
Alugueis e arrendamentos		(55.243)	-
Impostos e taxas		(1.593)	-
Diárias		(22.914)	(140.428)
Passagens		(37.204)	(188.311)
Promoções e eventos		(10.305)	(286.491)
Outras Despesas operacionais		(2.819)	(1.029)
Depreciações e amortizações		(1.293)	(1.244)
Perdas Estimadas de Créditos - PECLD		(619.875)	-
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(21.974.258)	4.078.306
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		1.684.112	1.504.942
Despesas financeiras - contrato de gestão	14	(513.583)	(369.840)
Despesas financeiras - outros contratos	14	(42.581)	(36.731)
Receitas financeiras - contrato de gestão	13.c	2.034.067	1.704.085
Receitas financeiras - outros contratos	13.c	206.209	207.428
DÉFICIT / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(20.290.146)	5.583.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		24.684.834	5.837.739	8.417.608	38.940.181
Incorporação do superávit 2013		5.837.739	(5.837.739)	-	-
Transferência para reserva técnica		1.667.199	-	(1.667.199)	-
Superávit do exercício		-	5.583.248	-	5.583.248
Saldos em 31 de dezembro de 2014		32.189.772	5.583.248	6.750.409	44.523.429
Incorporação do superávit 2014		5.583.248	(5.583.248)	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	12.1	627.237	-	-	627.237
Transferência para reserva técnica		(2.203.889)	-	2.203.889	-
Déficit do exercício		-	(20.290.146)	-	(20.290.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		36.196.368	(20.290.146)	8.954.298	24.860.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit / (Déficit) do exercício		(20.290.146)	5.583.248
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		669.055	670.663
Ajuste de exercícios anteriores		627.237	-
Perdas por baixa de bens inservíveis		3.750	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		619.875	
Variações nos saldos dos ativos			
(Aumento) / Redução em clientes		18.757.297	(11.242.241)
(Aumento) / Redução em adiantamentos		226.344	(855)
(Aumento) / Redução em títulos de capitalização		-	132.380
(Aumento) / Redução em outras contas ativas		6.190	(9.499)
Variações nos saldos dos passivos			
Aumento / (Redução) nos encargos sociais e tributários		(107.830)	135.035
Aumento / (Redução) em fornecedores		31.319	268.867
Aumento / (Redução) nas provisões trabalhistas		(118.729)	(27.731)
Aumento / (Redução) em provisões contratos de serviços		(143.086)	157.278
Aumento / (Redução) em outras contas a pagar		(241.301)	229.134
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		39.976	(4.103.721)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(-) Compra do Ativo Imobilizado		(97.650)	(129.955)
(-) Compra do Ativo intangível		(27.951)	(35.444)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		(125.601)	(165.399)
Redução e aumento nas disponibilidades		(85.625)	(4.269.120)
Caixa no início do exercício		13.409.936	17.679.056
Caixa no final do exercício		13.324.311	13.409.936
Redução e aumento nas disponibilidades		(85.625)	(4.269.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

No ano de 2015, diante do cenário econômico nacional, ocorreu uma redução considerável das receitas do Centro oriundas de recursos públicos vinculados ao contrato de Gestão. Essa redução diminuiu sensivelmente as possibilidades de crescimento e expansão, suprimiu o desenvolvimento de novos projetos pelo CGEE e afetou diretamente o orçamento geral, impondo a adoção de várias ações para redução de custos.

A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C, T & I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2015 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão” elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a idéia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2015.

3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2015	2014
Banco – Caixa - Contratos administrativos (com restrição)	36.786	22.573
Banco – Caixa - Contrato de gestão (com restrição)	216	-
Aplicações Financeiras-Contratos administrativos (com restrição)	1.816.124	1.939.631
Aplicações Financeiras-Contratos de gestão (com restrição)	11.471.185	11.447.732
	13.324.311	13.409.936

5. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

	2015	2014
ANA – Agência Nacional das Águas	-	310.571
BAESA – Energética Barra Grande S/A	11.250	-
Campos Novos Energia S/A	11.250	-
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	5.000.000	32.558.150
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	39.174	-
MCTI – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	8.000.000	-
ME – Ministério dos Esportes	1.239.750	190.000
(-) Perdas Estimadas	(619.875)	-
	13.681.549	33.058.721

No ano de 2015 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Verificou-se que seria prudente o registro estimado dessa perda no valor correspondente a 50% das notas fiscais faturadas para o Ministério dos Esportes – ME relativas ao contrato nº 47/2012 correspondente ao montante de R\$ 619.875,00.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 266.309 (R\$ 163.093 – 2014).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2015	2014
Imobilizado			
Equipamento de informática	20%	2.093.503	2.014.412
Instalações	10%	563.602	563.602
Máquinas e equipamentos de escritório	10%	66.576	66.576
Móveis e Utensílios	10%	653.190	653.190
Equipamentos de Audiovisual	20%	354.400	342.169
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	24%	318.812	318.812
(-) Depreciações		(2.651.587)	(2.177.175)
Subtotal do Imobilizado		1.398.496	1.781.586
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%	1.390.241	1.362.290
(-) Amortizações		(1.189.842)	(997.777)
Subtotal do Intangível		200.399	364.513
Total do Imobilizado e Intangível		1.598.895	2.146.099

8. FORNECEDORES

Seguem os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

	2015	2014
Caixa de Assistência Social da FIPECQ	79.761	-
Centro Empresarial Parque Cidade	39.519	-
EVERIS Brasília	-	55.920
EXCEN – Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA	20.000	-
FCPC – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	-	135.000
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços LTDA	9.314	-
Icomunicação Integrada EIRELI – EPP	26.233	-
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	56.000	-
IPEAD – Fundação Inst. De Pesquisas Econômicas, Adm e contábeis	-	75.000
Office Administração e Serviços	32.783	-
Plugar Informações Estratégicas S/A	40.045	-
PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do BB	245.597	-
RadioNet Consultoria Empresarial Ltda	-	16.000
RALEDUC – Tecnologia e Educação Ltda – EPP	-	227.500
Outros Fornecedores	27.225	35.738
	576.477	545.158

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2015 uma provisão para férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.238.442 (R\$ 1.357.170 - 2014).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2015, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2015 o valor correspondente a R\$ 1.692.772 a título de provisão (R\$ 1.835.859 – 2014).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2015	2014
Ressarcimento – Pessoal Cedido (a)	28.322	24.764
Créditos a compensar (b)	51.162	47.625
SalDOS bancários a compensar	-	248.397
	79.484	320.786

- (a)** Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.
- (b)** Créditos a compensar/ Desconto em folha – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE.
- (c)** SalDOS bancários a Compensar/Agendados – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas que ocorreram até 2014.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador.

De acordo com a Cláusula Quinta do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 8.954.297,69 neste exercício (R\$ 6.750.408,82 – 2014).

12.1 Ajuste de exercícios anteriores

No ano de 2015 o Centro realizou os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

Descrição	Data	Valor
Ajuste de exercício anterior do contrato nº 130/2014 que foi rescindido da SRGD Consultoria em Economia Ltda ME cfe Termo de Rescisão e o rel. SCRT.306.	30/04/2015	24.000
Devolução de recurso não utilizado MIT	16/07/2015	571.237
Baixa por rescisão do contrato nº 210/2013 do fornecedor Stallivieri e Gusmão Gestão Tecnologia	31/08/2015	32.000
TOTAL		627.237

13. RECEITAS

a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2015 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 37.950.000 – 2014), escriturados no ativo circulante a receber.

b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2015 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 1.957.221 (R\$ 3.295.244 – 2014). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2015	2014
Embaixada Britânica – Energy	10.602	211.129
Ministério do Meio Ambiente – MMA	-	309.231
Ministério dos Esportes	1.305.000	1.385.000
Ministério Desenvolvimento Ind. Com. Exterior	-	216.499
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG	-	95.242
Universidade DURHAM	8.206	23.545
ANA - Agência Nacional de Águas	-	934.048
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	-	120.550
AES Tietê S/A	61.674	-
BAESA – Energética Barra Grande S/A	30.837	-
CESP – Companhia Energética São Paulo	308.369	-
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	61.674	-
COPEL – Distribuidora S/A	30.837	-
COPEL – Geração e Transmissão S/A	30.837	-
Companhia Sul Paulista de Energia	39.174	-
ENERCAM – Campos Novos Energia S/A	30.837	-
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	39.174	-
	1.957.221	3.295.244

c) Receitas Financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2015 uma receita financeira de R\$ 2.240.276 (R\$ 1.911.513 – 2014), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.994.479	206.209
Descontos obtidos	39.588	-
	2.034.067	206.209
Total Geral	2.240.276	

14. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 32.419.666 (R\$ 37.465.581 - 2014), sendo R\$ 30.705.731 (R\$ 34.828.970 – 2014) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$

1.713.935 (R\$ 2.636.611 – 2014) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.

b) Ação Civil Pública – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 553.951,08 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais, oito centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2015;

c) Fiscalização - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.602.303,72 (um milhão, seiscentos e dois mil, trezentos e três reais, setenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2015;

d) Processos Administrativos – Constam, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2005 e 2006 (TC020.653/2006-3 e TC020.217/2007-3 respectivamente). Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2015 como provável.

e) Compromissos futuros – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.085.532 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 5.733.291, que não configura no resultado do exercício em 2015, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

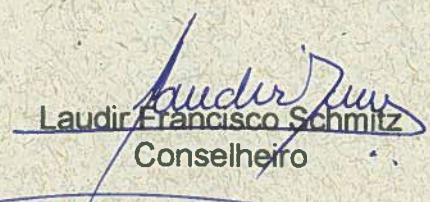
Parecer do Conselho Fiscal

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de 2016, na sede do CGEE, foi realizada a quadragésima segunda reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

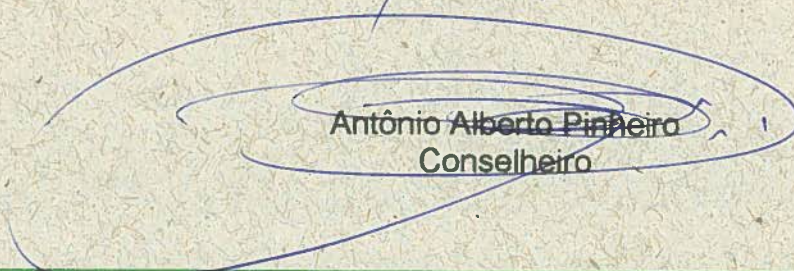
Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado destacam a observação no relatório apresentado pela auditoria sobre o não cumprimento do disposto na cláusula 7ª do Contrato de Gestão que trata do limite de 60% para a realização de gastos com pessoal, decorrente da não efetivação da liberação financeira dos recursos previstos no 9º Termo Aditivo ao Contrato e parte do 8º em 2015 pelo MCTI.

Diante do exposto e, tendo por base as demonstrações do CGEE e dos pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.



Laudir Francisco Schmitz
Conselheiro



Antônio Alberto Pinheiro
Conselheiro